

ACIDENTE DO TRABALHO

INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

EMBARGOS DO DEVEDOR — PENHORA SOBRE CRÉDITO REFERENTE AO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO - EXCESSO DE EXECUÇÃO

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DAª VARA CÍVEL DA COMARCA DE
....., brasileiro, casado, corretor, portador do RG nº e do CPF nº, e, brasileira, casada, inscrita no CPF nº, residentes e domiciliados em, à Rua, por sua procuradora infra - assinado, mandado anexo (doc.1), vem com fundamento no artigo 736 e 743, inciso I do Código de Processo Civil e demais dispositivos aplicáveis à espécie apresentar os presentes EMBARGOS DO DEVEDOR em face do, instituição financeira em liquidação extrajudicial, para o que expõe e requer o seguinte: 1. Os Embargantes, no processo de execução autos nº, que nesse Juízo move o Embargado, sofreu penhora sobre crédito do executado perante a ..ª Vara Federal em autos de nº, referente a empréstimo compulsório. 2. Ocorre que a referida execução é proveniente de um empréstimo que os embargantes firmaram junto aos embargados em de, no valor de R\$ (.....), a fim de aplicar este dinheiro na empresa, os quais eram os únicos sócios componentes da sociedade acima. 3. Os Embargantes retiraram-se da sociedade em de, conforme documento da Junta Comercial do, sendo a sociedade assumida pelos Srs. e, os quais eram conhecedores da situação econômica - financeira da sociedade, ficando através da alteração contratual sub-rogadas nos direitos e obrigações da sociedade. 4. A dívida chegou ao valor de R\$ (....), aplicados juros de % ao dia, sendo que a 2ª Clausula diz que serão cobrados juros de % ao mês, sendo que no período de .. (...) meses, foram cobrados% de juros (doc. anexo fls. 10), o que é um verdadeiro absurdo, em nenhum lugar do planeta, tem-se conhecimento de se exigir juros e correção e cifras estratosféricas, como no presente caso. 5. Na verdade a dívida deveria ter sido cobrado dos sócios que ingressaram na sociedade, o que foi informado ao embargado na época de retirada dos sócios, mas além disso o valor cobrado torna-se impagável e constitui em violação a função sócio-econômica dos contratos e o justo equilíbrio entre os contratantes. 6. Nos dias de hoje, a maioria dos Tribunais Pátrios começam a entender que os juros legais devem ser calculados como juros simples e não compostos, como as instituições de créditos têm fixado. 7. Para comprovar o valor correto da dívida, será necessário um cálculo discriminado dos juros cobrados, bem como uma perícia contábil sobre os valores. 8. A pretensão do Embargado se evidencia claramente pelo EXCESSO DE EXECUÇÃO, devendo Vossa Excelência impedir que a execução se faça, sob pena, de representar ao enriquecimento ilícito e os prejuízos irreparáveis ao patrimônio dos embargantes. 9. Face ao exposto e estando seguro o Juízo com a penhora de fls. 59 esperam os embargantes, sejam os presentes embargos recebidos e ao final julgados procedentes, para o fim de ser declarado o valor da execução e em consequência, insubsistente a penhora, com a condenação do embargado nas custas e honorários advocatícios. 10. Requer também a juntada da alteração contratual da empresa onde registra a retirada dos embargantes em Nestes Termos, Pede Deferimento., .. de de Advogado